



Senado aprova 30 dias para exame de câncer

Vai à sanção projeto que obriga realização de biópsia pelo SUS para diagnóstico de neoplasia maligna em até um mês após o pedido médico

O projeto que garante aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer o direito a biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico, foi aprovado pelo Senado e vai para sanção presidencial.

A proposta estabelece que o limite valerá para os exames necessários nos casos em que tumor maligno seja a principal hipótese do médico. A mudança será incluída na lei que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico. O objetivo é acelerar o acesso a medicações e cirurgias necessárias. **3**



Rose de Freitas (2ª à esq.), Carmen Zanotto e ativistas comemoram aprovação do projeto no mês do Outubro Rosa

Aprovada medida provisória que reestrutura órgãos do Executivo **3**

Comissão mista acata relatório sobre pensão para vítimas de zika **6**

Quatro comissões elegem emendas à Lei Orçamentária Anual de 2020 **5**

Avança projeto que dá acesso a dados de agressor de mulher **4**

Debate: reforma tributária deve levar em conta ativo ambiental **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Empresa só poderá usar crédito de ICMS para energia em 2033

Vai para sanção presidencial o projeto que adia para 1º de janeiro de 2033 a possibilidade de uso de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços por empresas nos casos de gastos com energia, serviços de comunicação e

insumos. A data anterior era janeiro de 2020. O projeto modifica as regras da Lei Kandir que restringem o aproveitamento de créditos do ICMS. O sistema permite que o contribuinte abata valores nas operações de arrecadação do imposto. **3**

Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Davi Alcolumbre, Flávio Bolsonaro e Bandeira (Mesa) na sessão plenária de ontem

Reforma da Previdência está pronta para segunda votação

O Plenário do Senado promoveu ontem a terceira e última sessão de discussão antes da votação da PEC da Reforma da Previdência em segundo turno, o que deve ocorrer na próxima terça-feira. Nesse dia, as nove emendas apresentadas à proposta serão analisadas primeiro na Comissão de Constituição e Justiça, pela manhã, e depois no Plenário, à tarde. Ontem a CCJ fez mais uma audiência pública para debater o tema. **5**

Carros novos só poderão ser vendidos depois de testados

Automóveis, caminhonetes e veículos utilitários novos — nacionais ou importados — poderão ter de passar por testes de impacto (*crash tests*) antes de serem vendidos no país. A exigência está em substitutivo a proposta de Elmano Férrer aprovado em turno suplementar ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto seguirá para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. **4**

Crimes ambientais podem ter penas mais duras

As Comissões de Constituição e Justiça e a de Desenvolvimento Regional aprovaram ontem quatro projetos de lei relacionados a barragens e

desastres ambientais. Um deles, de autoria da CPI de Brumadinho (MG), aumenta as penas para quem provocar desastre ecológico de grande

proporção. Outro diz que indenizações recebidas por vítimas de desastres com barragens não devem ser contabilizadas como renda. **8**



Distrito de Mariana (MG), após o rompimento da barragem, em 2015: região ainda sente os efeitos do desastre

José Cruz/Agência Brasil

Texto que exclui Pacaraima de terra indígena avança

Senado aprovou projeto de decreto legislativo que libera o município de restrições para construção de escolas, hospitais e outras obras em razão de demarcação da reserva São Marcos. Proposta vai à Câmara

O SENADO APROVOU ontem a exclusão do município de Pacaraima da Área Indígena São Marcos, ambos em Roraima. O projeto de decreto legislativo objetiva dar fim a restrições ao município. O texto (PDL 28/2019) ainda será analisado pela Câmara dos Deputados.

De acordo com Mecias de Jesus (Republicanos-RR), autor do projeto, o Decreto 312, de 1991, que delimitou a terra indígena, violou a integridade do município, o que contraria a Constituição. Segundo o autor, a ocupação já existia à época da edição do decreto.

— O município de Pacaraima se encontra numa situação difícil. É fronteira com a Venezuela, é a porta de entrada da imigração venezuelana. E esse decreto legislativo nada mais seria do que para conceder a base física, uma área geográfica de mil hectares, para ser a sede de Pacaraima. Excluiria da reserva São Marcos, que são 650 mil hectares — disse o autor.

Segundo Mecias, o município está impedido de emitir licenças para a construção de postos de saúde, escolas,



Segundo Mecias, fronteira com Venezuela dificulta situação da cidade

e outros estabelecimentos, o que prejudica a população. O decreto apenas corrigiria um erro que transformou Pacaraima em um “município virtual”.

Contestação

O relator, Telmário Mota (Pros-RR), informou que a questão foi parar na Justiça em 1996, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) ajuizou ação para descaracterizar a criação da cidade, em 1995. Por conta da disputa, Pacaraima é o único município do Brasil que não possui área urbana.

— Trata-se de ação que preserva direitos de uns, a saber, a população indígena, que garante direitos de outros, a saber, a população não indígena, e que projeta um futuro melhor para todos — afirmou.

Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) demonstraram preocupação com a constitucionalidade do projeto. Para Humberto, o texto pode ser contestado na Justiça posteriormente. Randolfe afirmou que o tema não poderia ser tratado por projeto de decreto legislativo e votou contra o texto.

Medida garante 13º para beneficiário do Bolsa Família

As famílias inscritas no Programa Bolsa Família terão direito à 13ª parcela do benefício deste ano no mesmo valor do recebimento mensal. O 13º será pago junto com a parcela de dezembro.

A norma foi instituída por medida provisória (MP 898/2019) assinada na terça-feira pelo presidente Jair Bolsonaro. O adicional totaliza uma injeção extra de R\$ 2,58 bilhões na economia.

O Bolsa Família, criado em 2003, atende atualmente cerca de 13,5 milhões de famílias que vivem em situação de extrema pobreza (com renda per capita de até R\$ 89 mensais) e de pobreza (com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178 mensais). O benefício médio pago a cada família é de R\$ 189,21.

A MP assinada por Bolsonaro entra em vigor de forma imediata, mas precisará ser

confirmada pelo Congresso.

Para o ministro da Cidadania, Osmar Terra, é “praticamente impossível” que a medida não seja aprovada pelos parlamentares, por causa do apelo que tem no combate à miséria.

Para viabilizar o recurso extra do Bolsa Família, Terra disse que o governo economizou principalmente com o cancelamento de benefícios de usuários que não preenchiam os requisitos do programa.

— Fizemos um cruzamento na base de dados, que mostrou que muita gente estava ganhando Bolsa Família sem precisar — disse.

Ainda segundo o ministro, de 2015 até este ano, o número de beneficiários do programa foi reduzido de quase 17 milhões para os atuais 13,5 milhões.

Com Agência Brasil

Para Rodrigues, canonização de irmã Dulce fortalece Igreja

Chico Rodrigues (DEM-RR) afirmou ontem que a canonização de Irmã Dulce é importante para a Igreja Católica no Brasil. Para o senador, que participou da cerimônia do último domingo, em Roma, a santa pode ajudar a recuperar fiéis.

— Nós queremos, realmente, que esse divisor de águas que agora se estabelece com a canonização, com a santificação da nossa Irmã Dulce dos Pobres possa dar à Igreja Católica um novo rumo no seu crescimento.



Telmário lamenta a morte de Lázaro Brandão, do Bradesco

Telmário Mota (Pros-RR) lamentou ontem em Plenário a morte do ex-presidente do Conselho de Administração do Bradesco Lázaro de Mello Brandão. O senador disse que Lázaro Brandão, que morreu com 93 anos, era homem de visão de futuro e inesgotável capacidade de trabalho.

— Foi uma personalidade marcante, que influenciou todos que com ele conviveram. Será sempre lembrado pelo talento, honradez e capacidade empreendedora.



TV e Rádio Senado fazem novo tipo de parceria

Um acordo de cooperação técnico foi firmado ontem entre o Senado, a Assembleia Legislativa do Amazonas e a Câmara Municipal de Manaus para dar continuidade e dinamismo às transmissões da Rádio e da TV Senado na capital amazonense.

De acordo com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é a primeira vez que as redes da Rádio e da TV Digital do Senado estabelecem parceria com os três entes legislativos, o que marcará uma mudança no modelo de associações locais.

— Esse ato, aparentemente simbólico, é fundamental para proporcionar um canal de comunicação direto e integrado, levando a informação dos Poderes Legislativos locais, câmara municipal e assembleia legislativa, e nacionais, Câmara dos Deputados e Senado Federal, à população brasileira — disse Davi.



Plínio Valério, Eduardo Braga e Omar Aziz cumprimentam Davi Alcolumbre

Ao lado dos senadores por Amazonas, Omar Aziz (PSD), Eduardo Braga (MDB) e Plínio Valério (PSDB), Davi afirmou que o trabalho viabilizará a adoção do modelo de transmissão em outras cidades. Em Manaus, as emissoras do Senado e da TV Assembleia já estão no ar desde dezembro de 2012. Até o momento, 53 municípios recebem o sinal aberto da TV Senado, replicado em outros 230 municípios.

A parceria entre as três Casas legislativas prevê, entre outros pontos, que o Senado continuará cedendo à Assembleia um dos subcanais de TV digital em Manaus, dos quatro a que tem direito.

Por sua vez, a câmara municipal terá direito a um desses subcanais e dividirá os gastos de custeio da estação radiodifusora, que antes eram bancados exclusivamente pela Assembleia.

Cerejeiras Festival pode estar no calendário nacional

O Cerejeiras Festival, realizado no município de Garça (SP), poderá ser incluído no calendário turístico oficial do país. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 398/2019, que prevê essa inclusão. O texto segue para o Plenário.

Segundo a proposição, do deputado Herculano Passos

(MDB-SP), o evento será realizado anualmente na segunda quinzena de junho. O relator na CDR, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), apresentou parecer favorável ao projeto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>

CDH Reforma administrativa
8h30 Lançamento de cartilha.

CCJ Previdência
9h Audiência para discutir a PEC paralela da Previdência.

CAE Comunicação visual sob demanda
10h Audiência para discutir o PLS 57/2018, que regulamenta a comunicação audiovisual sob demanda.

CMA Óleo no Nordeste
10h Audiência para discutir as manchas de óleo no litoral do Nordeste.

CRE Bahamas
10h Sabatina de embaixador para as Bahamas. Depois, pauta de 11 itens.

CCAI LOA 2020
10h Análise das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
11h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Clube cearense
16h Comemoração do centenário do Fortaleza Esporte Clube.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Vai à sanção projeto sobre diagnóstico de câncer

Proposta aprovada em Plenário garante aos pacientes do SUS com suspeita de tumores malignos o direito ao exame de biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que garante aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer o direito a biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico. O PLC 143/2018, seguirá para sanção presidencial.

Da deputada Carmen Zannoni (Cidadania-SC), o projeto estabelece que o limite valerá para os exames necessários nos casos em que a neoplasia maligna (tumor cancerígeno) seja a principal hipótese do médico.

A mudança será incluída na Lei 12.732, de 2012, que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico do câncer. O objetivo é acelerar o acesso a medicações e cirurgias necessárias pelos pacientes. A autora do projeto avalia que a falta de prazo também para os exames diagnósticos

é uma lacuna na lei atual.

Em abril, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a relatoria de Nelsinho Trad (PSD-MS), e ontem, antes da votação em Plenário, foi debatido por especialistas (leia mais na pág. 6).

“O momento da detecção do câncer impacta decisivamente a sua letalidade, ou seja, o percentual de pessoas acometidas que vêm a falecer por causa da doença. Afinal, pouco adianta instituir o tratamento no prazo de 60 dias contados a partir do diagnóstico da moléstia, se esse diagnóstico é realizado tardiamente”, diz o senador.

Mortalidade

A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) citou dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) mostrando que 300.140 novos casos foram registrados entre os homens e 282.450

entre as mulheres somente em 2018. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis apontam para 107.470 homens e 90.228 mulheres no ano passado.

— Perdoem-me por ser tão exigente, mas é que o mesmo momento não se repete duas vezes na mesma vida de uma pessoa com câncer de mama. Com o diagnóstico ela tem chance; sem diagnóstico, nenhuma — afirmou.

O projeto, segundo ela, é uma medida concreta de combate à doença, no mês da campanha de conscientização sobre o câncer de mama.

A senadora Leila Barros (PSB-DF), que perdeu a mãe vítima da doença, também alertou para a questão:

— Isso tem que ser uma causa não só das mulheres, mas uma causa do Congresso. A gente tem que olhar com carinho não só no Outubro Rosa, mas todos os dias.

Senadores aprovam medida que reorganiza estrutura do governo

O Senado aprovou ontem a medida provisória que altera a estrutura do Poder Executivo. A aprovação veio no limite do prazo, já que a medida perderia a validade à meia-noite.

Parte da MP 886/2019, foi impugnada a pedido dos senadores Cid Gomes (PDT-CE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por repetir dispositivo derrubado pelo Senado na votação da MP 870/2019, que também alterou a estrutura do Executivo e foi transformada na Lei 13.844, de 2019.

O relator da MP 886, senador Marcos Rogério (DEM-RO), deixou de fora do projeto de lei de conversão (PLV 24/2019) a nova tentativa do governo de atribuir a competência de demarcar terras indígenas ao Ministério da Agricultura. A mudança constava da MP 870 mas, quando ela tramitou no Congresso, os parlamentares decidiram manter a Funai no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Constitucionalmente, texto rejeitado pelo Congresso não pode ser reapresentado pelo governo federal na mesma sessão legislativa.

Ainda sobre o tema indígena, o Conselho Nacional de Política Indigenista volta para o Ministério da Justiça. A MP 870 previa que o colegiado ficaria no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas os parlamentares não concordaram e o mantiveram na pasta da Justiça. Após o veto do presidente a essa mudança, a MP 886/2019 restabeleceu o texto vetado.

Um dos pontos mais polêmicos da MP 886 era a transferência do Conselho de



Cid Gomes foi um dos que pediram impugnação de parte da MP

Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Justiça. Esse ponto, no entanto, foi retirado do texto pelo relator, pois o assunto passou a ser disciplinado pela MP 893/2019, que alocou o órgão, renomeado para Unidade de Inteligência Financeira (UIF), no Banco Central (BC).

Marcos Rogério incluiu no projeto de lei de conversão a reformulação das atribuições da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), aproveitando o texto do relatório da MP 882/2019, que perdeu vigência sem ser votada. A Seppi saiu da Secretaria de Governo da Presidência da República foi transferida para a Casa Civil.

Em compensação, a Casa Civil deixa de cuidar da articulação com o Congresso, que passa para a Secretaria de Governo. A pasta tratará ainda da verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais, da sanção e veto de projetos de lei, e da publicação e preservação de atos oficiais e de mensagens do Executivo ao Congresso Nacional.

Com Agência Câmara



Nelsinho, Soraya, deputada Carmen, Mailza, Rose, Zenaide e Leila comemoram aprovação do projeto

País terá novos titulares nas embaixadas turca e croata

As representações brasileiras na Turquia e na Croácia terão novos embaixadores.

O Senado aprovou nontem o diplomata Carlos Ricardo Martins Ceglia para o cargo de embaixador do Brasil em Ancara, capital da Turquia (MSF 64/2019). A indicação foi aprovada com 45 votos favoráveis, 1 contrário e 2 abstenções.

O diplomata foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 10 de outubro. Aos senadores, ele explicou que o mercado turco tem presença marcante de empresas brasileiras e que essa atuação pode ser incrementada nos próximos anos.

Outra vantagem para o Brasil nas relações com a Turquia,

segundo o diplomata, são os superávits comerciais estruturais. Entre 2016 e 2018, as trocas bilaterais saltaram de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 3 bilhões, e o superávit brasileiro chegou a US\$ 2,3 bilhões no ano passado.

Croácia

Também foi aprovada a indicação do diplomata Mauro Luiz Iecker Vieira para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Croácia. Foram 50 votos a favor e 2 contrários, além de 3 abstenções. O nome de Mauro Vieira, que foi titular do Itamaraty no governo Dilma Rousseff, já havia sido aprovado pela Comissão de Relações Exteriores no final do mês passado.

Empresas continuarão a pagar ICMS sobre energia

O Plenário aprovou ontem o projeto que adia para 2033 a possibilidade de uso de créditos de ICMS por empresas nos casos de gastos com energia, serviços de comunicação e insumos. É a sexta vez que o adiamento acontece. O PLP 223/2019 segue para sanção.

O projeto modifica as regras da Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) que restringem o aproveitamento de créditos do ICMS. O sistema permite ao contribuinte abater valores nas operações de arrecadação do imposto.

Nos casos de energia, comunicações e mercadorias para uso ou consumo (os insumos) para empresas, a lei prevê que seria possível aplicar os créditos a partir de 1º de janeiro de 2020. Agora, essa abertura será adiada para 1º de janeiro de 2033.

Na versão original da Lei Kandir, os créditos estariam disponíveis em 1998.

Segundo o relator, Cid Gomes (PDT-CE), a perda de arrecadação decorrente do uso dos créditos seria “uma tragédia” para os estados, que já vivem situação delicada.

— Se [a restrição] não for prorrogada, os estados terão um impacto fulminante no seu equilíbrio fiscal.

Kátia Abreu (PDT-TO) criticou a medida, que classificou como uma forma de apropriação indébita contra as empresas brasileiras. Ela afirmou que os estados já foram beneficiados com muitas iniciativas recentes do Congresso, como o adiamento do pagamento de precatórios e a distribuição do bônus de assinatura do pré-sal, e que é necessário

“dividir a conta” da situação econômica do país.

— Prorrogar sem planejamento para a devolução dos créditos é colocar o país num patamar de calote e de insegurança jurídica — criticou.

Cid ponderou que não se trata de tirar dinheiro das empresas porque elas já não têm acesso aos créditos, e esse cenário seria apenas mantido. Ele garantiu que o prazo até 2033 é suficiente para que esta seja a última prorrogação do direito dos contribuintes de usar integralmente os créditos de ICMS.

O projeto vem na esteira da Lei Complementar 160, de 2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos ilegalmente pelos estados a empresas e indústrias para acabar com a chamada guerra fiscal.

Obrigação de *crash test* a veículos vai a Câmara

A Comissão de Constitui o de Justiça aprovou proposta que determina a avalia o de impacto para todos os carros de passeio, nacionais e importados,   venda no país

AUTOMÓVEIS, CAMINHO-NETES E veículos utilitários novos, nacionais ou importados, poderão ter de passar por testes de impacto (*crash tests*) antes de sua comercializa o no país. A exigência está em substitutivo ao PLS 152/2017, aprovado em turno suplementar ontem na Comissão de Constitui o e Justiça (CCJ). A proposta seguirá para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.

Originalmente o projeto, de Elmano F rres (Podemos-PI), pretendia aplicar essa determina o a todos os modelos de veículos novos   venda no Brasil. Mas texto alternativo do relator, Fabiano Contarato (Rede-ES), restringiu-a aos veículos de passeio. Outras mudanças importantes são sugeridas pelo substitutivo, como a entrada em vigor das novas regras após dois anos da sua transforma o em lei.



Carros importados são ficarão isentos do teste caso já tenham sido submetidos   avalia o no país de origem

O PLS 152/2017 atribuía às montadoras a responsabilidade de dar "ampla divulga o" dos resultados dos testes de impacto. A pontua o de cada modelo deveria ser exibida em campanhas publicitárias e também no site da empresa na internet. Contarato considerou, entretanto, que uma medida mais econ mica e eficaz seria orientar o consumidor por meio de um selo, a ser afixado no para-brisa dos

modelos testados.

O substitutivo recomendou essa divulga o também em anúncios em vídeo, televisivos ou veiculados na internet, em publicidade impressa ou em imagem na internet. Regulamenta o da iniciativa deverá estipular o conteúdo, o tempo mínimo de exposi o e o tamanho do selo.

O texto original e o alternativo de Contarato convergem sobre a testagem de veículos

importados   venda no Brasil. Esses carros ficarão dispensados de nova avalia o, desde que tenham sido submetidos a *crash tests* em seu país de origem. Tudo amparado por regulamenta o do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Impactos

Contarato frisou que carros mais seguros trarão impactos   gestão pública, com menos



Para Contarato, segurança vai reduzir gastos previdenciários

gastos com acidentados no Sistema  nico de Saúde (SUS) e menos benefícios pagos pela Previdência Social (pensões por morte, invalidez e auxílios-doença).

— O valor da vida humana   incomensurável. Isso   o mínimo que temos que garantir para preservar cada vez mais o principal bem jurídico, a vida humana e a integridade física — disse o relator, na primeira vota o do texto.

Promotores poderão pedir dados de agressores

Promotores das varas de família e infância e juventude podem pedir diretamente às empresas de telefonia e de internet e a aplicativos de redes sociais dados cadastrais de investigados que possam estar colocando em risco a integridade física de crianças e adolescentes. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deu ontem parecer favorável ao projeto apresentado pela CPI dos Maus-Tratos que garante ao Ministério Público mais ferramentas para investiga o de abusos contra menores. A proposta segue para a Comissão de Constitui o e Justiça (CCJ).

Originalmente, o PLS 501/2018 aumentava as competências dos promotores das

varas de família e de infância e juventude previstas na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei 8.625/1993), abrindo a possibilidade de requisitarem dados telef nicos e informa o de cadastro em redes sociais. Eles também poderiam pedir ao juiz o acesso às comunica o por esses meios quando houvesse iminente risco de morte ou de atentado   integridade física de incapaz.

Pelo texto substitutivo do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), membros do Ministério Público com atribui o de defender os direitos das crianças e adolescentes podem pedir diretamente aos prestadores de serviços de telefonia os dados cadastrais telef nicos

da vítima e dos suspeitos. Eles também podem pedir aos provedores de conexão e aos provedores de aplicativos os dados cadastrais da vítima e dos suspeitos, assim como pedir ao juiz ordem judicial específica para ter acesso ao conteúdo das comunica o privadas trocadas entre vítima e suspeito (por exemplo, pelo Whatsapp ou pelo Telegram).

Em seu voto, Eduardo Gomes disse que o substitutivo não contraria as leis que garantem a privacidade do indivíduo nas comunica o, pois não quebra o sigilo de conversas.

A CCT também aprovou projetos que renovam concessões de TV e r dio e autoriza o a rádios comunitárias.

Projeto permite a o civil pública para notícia falsa

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inova o, Comunica o e Informática (CCT) aprovou substitutivo da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ao PLS 246/2018, que autoriza a propositura de a o civil pública contra notícias falsas que atinjam interesses coletivos.

A proposta segue para análise da Comissão de Constitui o, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto original, oriundo do Projeto Jovem Senador 2017, permitia a qualquer pessoa — não necessariamente a diretamente ofendida ou pertencente a algum grupo ofendido — ser parte legítima para propor a o judicial contra notícias falsas disse-

minadas na rede mundial de computadores.

Mara considerou necessário restringir o objeto do projeto, diferenciando "fake news individual" de "fake news coletiva".

Segundo ela, para a primeira categoria, a legisla o já prevê que somente a vítima pode ter legitimidade para propor a o judicial.

No caso de fake news coletiva, haveria espaço para aprimoramento da legisla o.

— Nesse caso, todos os cidadãos são prejudicados, ainda que de forma potencial, porque diz respeito   coletividade. Nossa legisla o precisa ser aprimorada nesse ponto.

A relatora argumenta que, se todo cidadão agir, será impra-

tic vel para a Justiça apreciar tantos processos, razão pela qual, com a modifica o na Lei da A o Civil Pública (Lei 7.347/1985) proposta no substitutivo, institui o de interesse público (tais como o Ministério Público, defensoria pública e associa o consolidadas) poderão propor a o civil pública para combater notícias falsas que atinjam interesses coletivos ou transindividuais.

— Nosso ordenamento jurídico já dispõe de um sistema de tutela de interesses coletivos no qual a legitimidade para propositura de a o judiciais   deferida em regra a essas institui o de interesse público — afirmou.

Regras para profissão de DJ seguem para o Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto de lei que altera a Consolida o das Leis do Trabalho (CLT — Decreto-Lei 5.452, de 1943) para regulamentar a profissão de disc-jockey (DJ). A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Romário (Podemos-RJ).

Do deputado Vicentinho (PT-SP), o PLC 138/2018 define DJ como o profissional que cria sele o de músicas para divulga o ao público, manipula obras fonográficas, cria ou recria

versões e executa montagens sonoras para a cria o de obras inéditas.

Durante a discussão da proposta, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Jayme Campos (DEM-MT) cumprimentaram o autor e o relator do PLC 138/2018. Para eles, a aprova o do projeto trará estabilidade para a categoria, uma iniciativa outrora rejeitada pelo Executivo.

Agora o projeto vai ao Plenário do Senado. Se o texto se mantiver inalterado, será enviado em seguida a análise presidencial.

Kajuru defende reforma no serviço público brasileiro

O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) elogiou em Plenário ontem o anúncio, pelo governo federal, da apresenta o de uma proposta de reforma administrativa para reduzir privilégios e inserir a administra o pública na realidade socioecon mica do país.

— O fato   que existe uma elite instalada na burocracia da máquina pública: 44% dos servidores do Executivo recebem mais de R\$ 10 mil por mês, 22% têm salários superiores a R\$ 15 mil e 11% ganham mais de R\$ 20 mil.

Plínio critica julgamento de hoje no STF

Plínio Valério (PSDB-AM) chamou a aten o ontem em Plenário para a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) alterar o entendimento sobre a prisão de condenados em segunda instância. Hoje o STF deve se manifestar sobre a questão pela sexta vez em dez anos, de acordo com o senador.

— A Justiça precisa ser efetiva, eficaz e rápida. Existe um consenso a respeito: não cabe   Suprema Corte mudar toda a jurisprudência ao sabor de impulsos de momento, de jogo político ou de simples volubildade deste ou daquele ministro.

Senado conclui discussão da reforma da Previdência

Votação final está prevista para terça-feira, após análise das emendas na Comissão de Constituição e Justiça. Ontem a proposta foi debatida no colegiado, que hoje fará uma audiência sobre a PEC paralela



O SENADO CONCLUIU ontem a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 6/2019), que trata da reforma da Previdência. A votação final da proposta está prevista para o dia 22. Na ocasião, as nove emendas apresentadas à PEC serão votadas primeiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), às 11h. À tarde, a proposta será votada em Plenário.

Crítico da reforma, o senador Paulo Paim (PT-SP) afirmou que o governo esqueceu de trabalhar em seus cálculos com o fator previdenciário, que já reduz em 50% o valor da aposentadoria, o que tornaria injustificável o déficit apontado pelo governo para defender a reforma da Previdência.

Paim também comentou o estudo apresentado pelo professor da Unicamp Henrique Nogueira de Sá Earp e pelo mestre em história econômica pela USP André Luiz Passos Santos sobre os cálculos apresentados pelo governo para justificar a reforma, em audiência sobre a Previdência realizada na (CCJ) pela manhã.

Na comissão, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo José Rolim Guimarães, explicou os modelos de cálculos usados pelo governo para orçar os déficits do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos. De acordo com o secretário, o déficit do RGPS em 2018 foi de R\$ 113 bilhões e, este ano, deve chegar a R\$ 125 bilhões. Já o RPPS teve



Leonardo Rolim fala pelo governo em debate dirigido por Paim (3º à esq.)

deficit no ano passado de R\$ 51 bilhões e deve chegar a R\$ 60 bilhões em 2019. Além disso, afirmou Rolim, há déficit de R\$ 19 bilhões nas pensões militares. O rombo total foi de R\$ 265 bilhões em 2018 e pode chegar a R\$ 295 bilhões em 2019, disse. O secretário também afirmou que o déficit previdenciário comprime o orçamento público, diminuindo a disponibilidade de recursos para investimentos, para educação, infraestrutura, assistência social e saúde.

Superavit

Segundo os especialistas da USP e da Unicamp, o Ministério da Economia apresentou dados falsos e, com isso, desvirtuou o debate.

— Refazendo os cálculos, demonstramos que, no RGPS, o subsídio para a aposentadoria do trabalhador mais pobre não aumenta, mas diminui com a reforma — afirmou Nogueira.

Segundo o estudo, atualmente, as aposentadorias por tempo de contribuição geram superavit, não déficit, e têm impacto positivo na diminuição da desigualdade.

— Nós chegamos a conclusão oposta à do governo. A previdência do jeito que ela é hoje transfere recursos dos estados mais ricos, onde se concentram os trabalhadores com melhores

salários, para os estados mais pobres, que tipicamente se aposenta por idade. Ou seja, essa reforma não vai diminuir, ela vai aumentar a desigualdade — afirmou Santos.

Para o secretário de Controle Externo da Gestão da Previdência do Tribunal de Contas da União (TCU), Tiago Alves Dutra, a reforma resolve apenas parte dos problemas da Previdência.

— O sistema previdenciário atual é insustentável e caríssimo. A mudança é urgente.

Segundo a diretora de Fiscalização da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, Virgínia de Paula, há um grande número de renúncias de receitas feitas pelo governo, como a imunidade tributária para entidades filantrópicas.

— Um estudo do TCU de 2013 mostrou que todos os contribuintes arcam com os custos das renúncias que beneficiam grupos específicos, e que chegaram a R\$ 62,5 bilhões em 2018.

A CCJ fará mais uma audiência hoje, às 9h, para discutir a PEC paralela (PEC 133/2019), que inclui estados e municípios nas novas regras. De acordo com a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), a expectativa é que o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresente seu voto na próxima semana.

Comissões aprovam emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual

Quatro comissões aprovaram ontem emendas aos projetos da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 e do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) destinou na LOA (PLN 22/2019) R\$ 2,45 bilhões para diversos órgãos. As duas emendas de maior valor autorizam aportes de R\$ 1 bilhão cada uma para o funcionamento de universidades federais e a implantação de infraestrutura para segurança hídrica. Já com relação ao PPA (PLN 21/2019), o colegiado aprovou cinco emendas, sendo três de investimento e duas de alterações no texto da proposta.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou quatro emendas à LOA, no valor de R\$ 450,15 milhões. A emenda de maior valor destina R\$ 200 milhões ao Programa Reforma Agrária e Regularização Fundiária na Amazônia Legal, sob responsabilidade do Incra. Foi aprovada ainda emenda que destina R\$ 100 milhões ao Ibama para ações de combate a incêndios florestais em áreas federais.

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou quatro emendas à LOA, no valor de R\$ 560 milhões. Duas delas destinam R\$ 200 milhões cada para o enfrentamento à violência contra a mulher e para a implantação da Casa da Mulher Brasileira. O colegiado também destinou R\$ 100 milhões para ações de prevenção à violência contra a mulher.

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou quatro emendas à LOA, totalizando R\$ 1 bilhão. A emenda de maior valor destina R\$ 630 milhões para a adequação de trecho rodoviário na BR-364, no Tocantins. Outra emenda aloca R\$ 230 milhões para a recuperação de ativos de infraestrutura da União localizados na região Centro-Oeste.

Para o PPA, a comissão aprovou três emendas no valor de R\$ 677,5 milhões: R\$ 547,5 milhões para obras no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins; R\$ 80 milhões para a manutenção de trechos rodoviários na Região Nordeste; e R\$ 50 milhões para a construção da Barragem de Jequitaiá (MG).

TCU entrega relatório para ajudar na elaboração do Orçamento

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem o *Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo 2019*, do Tribunal de Contas da União (TCU). O documento vai servir de subsídio para que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) elabore a próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

— Nós apresentamos um relatório pormenorizado com 17 avaliações sobre temas como mobilidade urbana, saúde, educação,

desenvolvimento urbano, analisando a eficiência e a eficácia de cada um desses temas, o grau de objetivo definido e concluído, as metodologias que o governo apresentou — explicou o ministro do TCU Vital do Rêgo, autor do relatório.

A intenção é prevenir a perpetuação de déficits que comprometem resultados. Segundo o TCU, o relatório é um panorama dos riscos, irregularidades e deficiências relevantes e recorrentes nas políticas públicas que afetam, o alcance de seus objetivos.

Reforma condena mulher a trabalhar mais, diz Zenaide

Zenaide Maia (Pros-RN) criticou ontem em Plenário a reforma da Previdência, que ainda terá uma sessão de discussão antes de ser votada em segundo turno pelo Plenário. A senadora afirmou que a PEC condena grande parte das mulheres brasileiras a trabalhar mais sete anos para se aposentar com a idade mínima exigida, que, conforme o texto, passará a ser de 62 anos. Ela observou que, mesmo conscientes de que a reforma não beneficiará a população, muitos parlamentares insistem em modificar a Constituição e condenar as mulheres, muitas delas chefes de família.

Jayme Campos anuncia PEC para infraestrutura

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou em Plenário a apresentação de proposta de emenda à Constituição para garantir mais recursos para investimento em infraestrutura nos estados, municípios e no Distrito Federal. Para o senador, é preciso mais investimentos em logística, mobilidade urbana, oferta de recursos hídricos, prevenção a desastres naturais e saneamento básico. A PEC 167/2019 reserva para obras de infraestrutura, por cinco anos, valor correspondente a 30% dos impostos direcionados aos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Wagner sugere que Guedes se inspire em premiados

Jaques Wagner (PT-BA) afirmou ontem que a escolha do Nobel de Economia deve servir de inspiração ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A Academia Sueca premiou Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer — que, segundo Wagner, reconheceram que as políticas econômicas devem estar focadas no combate à desigualdade e à pobreza. Assim, deve ser deixada de lado a ideia de que a solução é mero resultado do crescimento econômico.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Paim alerta para impacto sobre os mais pobres

Paulo Paim (PT-RS) destacou em Plenário audiência pública realizada ontem na Comissão de Constituição e Justiça com a participação de especialistas do governo e do meio acadêmico sobre estudos que põem em dúvida o que foi divulgado pelo governo federal sobre o déficit previdenciário. Segundo o senador, os mais pobres serão os grandes prejudicados pela reforma. Paim disse que a atividade econômica nos municípios também sofrerá muito com o arrocho nas aposentadorias e nas pensões, o que provocaria o aumento da pobreza.

Comissão aprova pensão a criança afetada pelo Zika

Colegiado que analisa a MP sobre a pensão mensal vitalícia aos nascidos entre 2015 e 2018 atingidos pelo vírus aprovou ontem relatório de Izalci Lucas. Texto vai ao Plenário da Câmara

A COMISSÃO MISTA da Medida Provisória 894/2019 aprovou ontem o relatório de Izalci Lucas (PSDB-DF). A MP institui o pagamento de pensão mensal vitalícia, no valor de um salário mínimo, para crianças com síndrome decorrente do Zika vírus. Agora o texto será enviado ao Plenário da Câmara e depois ao do Senado.

Izalci informou que foram apresentadas 144 emendas, algumas aceitas parcialmente e apenas a do senador Romário (Podemos-RJ) foi acatada de forma integral — para que seja trocada a expressão “crianças com microcefalia decorrente do Zika vírus” por “crianças com síndrome congênita do Zika vírus”. Essa mudança, segundo o relator, pode dobrar o número de beneficiados.

— Tanto o governo, quanto os especialistas e os representantes das famílias entendem que a referência à síndrome é mais adequada para designar os beneficiários de modo preciso e justo, refletindo uma melhor compreensão das sequelas da exposição à zika do que aquela que tínhamos há poucos anos — declarou o relator.

Izalci também registrou que o benefício vai alcançar as crianças nascidas até o final deste ano. Pelo texto



Para o relator, Izalci (E), MP faz justiça às famílias das crianças afetadas

original da MP, teriam direito à pensão somente crianças que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 com microcefalia decorrente do Zika.

O objetivo da proposta é proteger as crianças que tiveram seu desenvolvimento comprometido pelas sequelas da microcefalia. Segundo o texto, a licença-maternidade para as mães de crianças com sequelas será de 180 dias. Também pela MP, será feito um exame pericial para comprovar a relação entre a contaminação pelo vírus e a malformação.

Conforme o relatório, levantamento do Ministério da Cidadania mostra que são beneficiárias do BPC mais de 3 mil crianças com microce-

falia. Izalci também disse que a MP tem o mérito de reconhecer a luta por atendimento, medicamentos, alimentos, estimulação, alento e pelo mínimo reconhecimento da responsabilidade estatal, que consome a vida das famílias.

— São pessoas que lutam diariamente pela sobrevivência de seus filhos. A todas as pessoas que perseveram nessa luta, prestamos nossa homenagem e nossa solidariedade — disse o senador.

Para Eduardo Girão (Podemos-CE), a aprovação da MP é um momento de gratidão e de felicidade.

— Foi uma construção coletiva, em que deputados e senadores deixaram ideologias de lado, para um trabalho de colaboração. Hoje estamos celebrando a humanidade, a cultura da paz e a vida.

Debate: diagnóstico de câncer em 30 dias poupa recursos do SUS

Debatedores ouvidos ontem em audiência pública no Senado chamaram a atenção para a importância do projeto que estabelece, em casos de suspeita de câncer, que os exames para diagnóstico sejam realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) num prazo de 30 dias, mediante pedido do médico.

A audiência ocorreu à tarde na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e o projeto (PLC 143/2018) foi aprovado à noite pelo Plenário (leia na página 3).

O defensor público-geral federal Gabriel Oliveira ressaltou a discrepância entre a demanda por diagnósticos e a capacidade do SUS de atendê-los.

— O fator tempo é indispensável para a vida ou a para a morte — lembrou.

Ao manifestar apoio ao projeto, Oliveira apontou que a cirurgia e o tratamento posterior trazem maiores custos ao Estado comparados ao diagnóstico precoce. A judicialização da fila do diagnóstico é “altamente ingrata”, segundo ele.

A deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC), au-

tora do PLC, citou dados do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontam, em algumas regiões, espera de mais de um ano para o início do tratamento de câncer.

— Quanto mais rápido o diagnóstico, melhor a resposta clínica ao tratamento — disse.

Coordenador-geral de atenção especializada do Ministério da Saúde, Renato Lima enfatizou o apoio do ministério para ampliar o serviço de diagnóstico, especialmente de mama e de colo do útero.

Já a fundadora da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, Joana Jeker, afirmou que o tratamento rápido no SUS foi determinante para sua sobrevivência.

— O câncer de mama é o mais agressivo e avança rapidamente. É uma questão de honra tratar desta pauta — afirmou Joana, que lamentou o “cobertor curto” do SUS.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN), presidente da comissão mista, associou o aumento de incidência de câncer ao uso de agrotóxicos e criticou o Ministério da Agricultura pela liberação de 287 novos defensivos agrícolas.

Bezerra destaca os 15 anos de universidade

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) lembrou ontem em Plenário os 15 anos da Universidade Federal do Vale do São Francisco, criada em 2002. Segundo o senador, a escola só começou a funcionar em 18 de outubro de 2004, quando ele era prefeito de Petrolina (PE).

— Nada disso seria possível, no entanto, sem a coragem de um homem — o ex-deputado Osvaldo Coelho, que simbolizou a luta pela implantação de uma universidade no sertão nordestino, com ensino de qualidade e formação profissional adequada.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Lasier comemora aeroporto em Caxias do Sul (RS)

Lasier Martins (Podemos-RS) anunciou ontem em Plenário a construção do Aeroporto da Vila Oliva, em Caxias do Sul (RS). Ele disse que a assinatura do termo de compromisso será em 4 de dezembro.

Segundo Lasier, a cidade irá desapropriar um terreno de 45 hectares para a construção e os recursos virão do Fundo Nacional de Aviação, que já tem R\$ 196 milhões para a obra.

— Após a assinatura, o prazo para que Caxias do Sul e toda a região serrana tenham um grande aeroporto é de três anos e meio.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Dia Nacional do Rodeio é aprovado em Plenário

O Plenário aprovou ontem projeto que define 4 de outubro como o Dia Nacional do Rodeio. A data foi escolhida por ser Dia de São Francisco de Assis, padroeiro dos animais. Por essa razão, em 4 de outubro também se comemora o Dia dos Animais. O PLC 108/2018 segue para sanção presidencial.

O texto chegou a ser votado na semana passada, mas a

a pauta do Plenário estava trancada por duas medidas provisórias. Por isso ele foi novamente submetido a nova votação.

O relator, Wellington Fagundes (PL-MT), disse que a iniciativa reconhece o significado da atividade que acontece em quase todo o país. Segundo ele, anualmente ocorrem mais de dois mil rodeios no país, com público

pagante de 24 milhões, acima do futebol. Ele ressaltou que o rodeio gera empregos e movimentam economias locais.

O esporte do rodeio tem suas origens na pecuária extensiva praticada na Espanha e em diversas regiões do Novo Mundo. No Brasil, os primeiros registros da atividade mostram rodeios em Barretos (SP), na década de 1940.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debatedores destacam valor dos ativos ambientais

A questão precisa ser levada em conta no projeto de uma nova reforma tributária, alegaram os convidados da audiência pública de ontem na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas

O PROJETO DE reforma tributária precisa levar em conta os ativos ambientais como forma de incentivar o desenvolvimento sustentável e a melhoria dos índices sociais do país. A conclusão é de debatedores que participaram de audiência sobre o uso de instrumentos fiscais para o desenvolvimento ambiental, realizada ontem na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, André Guimarães disse que a valorização dos ativos ambientais vai representar ganhos e desenvolvimento para o Brasil nos próximos 40 anos, o que precisa ser levado em conta pelos formuladores das novas regras tributárias.

— Hoje temos diversos instrumentos de subvenção pública, como o Plano Safra, que podem ser direcionados para orientar o nosso Titanic. Vamos bonificar quem está mantendo o ativo verde em pé, olhando os mecanismos já existentes para o esverdeamento de nossa produção. Ele advertiu, contudo, que a

falta de regularização fundiária impede investimentos e desanima a produção.

Impacto ambiental

Coautor do estudo *Investimentos de Impacto na Amazônia: caminhos para o desenvolvimento sustentável*, da Sitawi Finanças Sustentáveis, Leonardo Letelier observou que o capital “é mais caro e impaciente” para quem gera impacto ambiental negativo.

Letelier ressaltou que a Amazônia “é cara, complicada, longe e tudo é demorado, tudo”. Ele frisou ainda que existe uma ponte para ser construída entre a expectativa do investidor tradicional e as oportunidades de investimento na Amazônia, o que significa risco para o investidor.

Entre as prioridades para quem planeja investir na Amazônia, Letelier citou aumentar a renda sem desmatar, reduzir o desmatamento, melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região, coibir a venda de madeira ilegal e valorizar os ativos florestais.

Pelo Ministério da Agricul-

tura, José Ângelo Mazzillo Junior defendeu a adoção de instrumentos de novos mercados de crédito para o desenvolvimento sustentável.

Em relação às finanças verdes, ele disse que o país já conta com uma iniciativa concreta com o Programa ABC, que reúne uma carteira de R\$ 20 bilhões relativa a programas de agricultura de baixo carbono.

Emendas

Após o debate, a comissão apresentou as quatro emendas do colegiado ao projeto de lei orçamentária de 2020 (PLN 22/2020). As emendas destinam-se às ações de prevenção e controle de incêndios florestais em áreas federais, no valor de R\$ 100 milhões, e ao fomento de pesquisas em ciência e tecnologia do mar, oceanos e clima, em igual valor. As outras duas emendas incluem ações de reforma agrária e regularização fundiária (R\$ 200 milhões) e a produção e divulgação de informações meteorológicas, no valor de R\$ 50 milhões.



Jayme dirige debate com Buranello e Nassar, que falou pela ministra

Recuperação judicial no campo pode colapsar sistema

O Parlamento precisa ter cuidado com propostas que estendam aos produtores rurais os benefícios da Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101, de 2005). O alerta foi feito ontem na Frente Parlamentar da Agricultura no Senado. O temor da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, foi exposto pelo presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais, André Nassar, durante audiência da Comissão de Agricultura (CRA), que debate o PLS 624/2015, relatado por Jayme Campos (DEM-MT), que permite aos produtores rurais recorrer à lei.

— A ministra deixou claro que é preciso ter muito cuidado com este tema, porque ele pode impactar fortemente o mercado de crédito e as novas políticas priorizadas pelo governo. Hoje o produtor pessoa física tem tratamentos tributário e previdenciário diferenciados, que não se aplicam às pessoas jurídicas. Infelizmente tem havido casos de mudança de regra no meio do jogo. Tem produtores tomando o crédito como pessoa física e depois buscando a renegociação na jurídica, após pedir o registro. E mui-

tas vezes isso ocorre no meio da safra. A safra é financiada, plantada e depois ele pede a recuperação judicial. Este oportunismo de poucos pode acabar se tornando um problema enorme — alertou.

O deputado Neri Geller (PP-MT), que foi ministro da Agricultura de 2013 a 2014, concordou com Nassar.

— Infelizmente, muitos se beneficiam da ferramenta da recuperação judicial para comprar mais terras e aumentar o capital. Produtores de grande porte que atrapalharam de forma violenta o crédito, principalmente no Centro-Oeste.

Estatuto

O ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o advogado Renato Buranello, especialista em agronegócio, defenderam um estatuto do empresário rural “que enfrente as práticas oportunistas”.

Consultor jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Rodrigo Kaufmann avaliou que a recuperação judicial é um direito da categoria, plenamente garantido pela Constituição e pelo Código Civil (Lei 10.406, de 2002), entre outras leis.



Mazzillo Junior, do Ministério da Agricultura, fala em debate comandado pelo senador Zequinha Marinho (C)

Congresso instala colegiado que analisará fundo de aval para produtores rurais

Foi instalada ontem a comissão mista para examinar a MPV 897/2019, que estabelece uma série de medidas ligadas ao crédito e financiamento de dívidas de produtores rurais. O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) foi eleito presidente. O deputado Pedro Lupion (DEM-PR) foi designado

relator e a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) será a relatora-revisora.

Lupion agradeceu a confiança e a parceria de trabalho. Ele destacou que já há 349 emendas apresentadas à MP e afirmou que começará a elaborar o plano de trabalho.

O deputado Domingos Sávio

(PSDB-MG) disse que a MP zela pela atividade agropecuária, mas que precisa dar destaque à pecuária leiteira.

O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO) ressaltou a relevância da medida que trata de assuntos como a Cédula do Produto Rural (CPR) lastreada em dólar e a

afetação de patrimônio.

A MP complementa medidas do Plano Safra 2019–2020 e cria o Fundo de Aval Fraternal (FAF) para permitir aos produtores a garantia solidária. O objetivo é renegociar eventuais dívidas de operações de crédito rural, além de estabelecer uma série de medidas ligadas ao crédito

e financiamento de dívidas de produtores rurais. As iniciativas envolvem a ampliação do volume de créditos disponíveis para o agronegócio e a concessão facilitada de financiamentos (por meio de um fundo solidário) para renegociação de dívidas e construção de armazéns.

Comissão aprova região integrada da Grande Vitória e Uruana de Minas na rede do DF

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem uma indicação ao Poder Executivo para a criação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Vitória. O texto segue para o Plenário.

Originalmente, o Projeto de

Lei do Senado (PLS) 442/2018, de Rose de Freitas (Podemos-ES), autorizava a criação da Ride da Grande Vitória. Entretanto, a relatora da proposta, Juíza Selma (PSL-MT), explicou que esse tipo de medida é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Por isso,

o projeto foi considerado inconstitucional e precisou ser convertido em indicação.

No texto, a relatora sugere ao presidente da República o desmembramento de território dos municípios capixabas de Cariacica, Guarapari, Fundão, Serra, Viana, Vila Velha e

Vitória, afirmando que a região tem um enorme potencial na área de exportação, mas faltam instrumentos para promover seu desenvolvimento, o que seria garantido com a criação da Ride.

A comissão ainda aprovou a inclusão de Uruana de Mi-

nas (MG) à Ride do Distrito Federal, proposta por Carlos Viana (PSD-MG). A Ride do DF e Entorno é composta de 33 municípios, além do DF. Segundo o autor, Uruana de Minas foi criada a partir da separação de Unaí (MG), que faz parte da região integrada.

Avançam 4 textos sobre desastres ambientais

Um deles, de autoria da CPI de Brumadinho, agrava as penas para quem provocar desastre ecológico e cria um tipo penal para responsáveis por rompimento de barragens

AS COMISSÕES DE Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovaram ontem quatro projetos relacionados a desastres naturais e a barragens. Dois deles elevam ou modulam as penas para pessoas físicas e empresas responsáveis por desastres ecológicos e rompimento de barragens. O terceiro projeto beneficia vítimas desses desastres ao determinar que as indenizações não sejam contabilizadas como renda pelo governo. O último texto dá prioridade no Cartão Reforma às vítimas de tragédias naturais.

O PL 3.915/2019, que agrava as penas para quem provocar desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, foi aprovado pela CCJ e segue para votação do Plenário. O projeto também cria um tipo penal para criminalizar responsáveis por rompimento de barragens.

Atualmente a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) pune com reclusão de 1 a 4 anos mais multa quem causar poluição em níveis que resultem em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. O projeto prevê reclusão de 4 a 12 anos mais multa para quem permitir a ocorrência desses desastres ecológicos e detenção de 1 a 3 anos quando o crime for culposo. Se houver lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade será aumentada em 50%. Se resultar em morte de pessoas, será aplicada em dobro.

Ainda pelo texto, cometerá crime quem facilitar o rom-



Trabalho de Viana na CPI sobre Brumadinho ganhou elogios de Otto

pimento de barragem por não observar norma técnica, administrativa e de práticas reconhecidas pela comunidade científica ou não obedecer a determinação da autoridade ambiental e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem. A pena para esse novo tipo penal também será de 4 a 12 anos, além de multa, por sugestão do senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

Quando resultar em inviabilização de área para ocupação humana e mortandade de fauna e flora, o crime será qualificado, com pena de 3 a 8 anos. A proposta também aumenta os valores para a multa administrativa, que passa de R\$ 50 a R\$ 50 milhões para R\$ 2 mil a R\$ 1 bilhão.

O senador Otto Alencar elogiou o trabalho do relator da CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana (PSD-MG), que explicou que a intenção é responsabilizar gestores de empresas que cometem crimes ambientais.

— Quem decide sobre as ações da empresa são os que representam a pessoa jurídica. Eles também têm que ser



Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado

responsabilizados por seus atos — disse o senador.

A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que presidiu a CPI, também enfatizou a necessidade de punições para os responsáveis pelas empresas.

— Ninguém quer ser culpado depois, mas todos o foram na medida em que tinham auditorias em suas mãos e nada fizeram. Quando a auditoria não servia, mudava-se o auditor.

Indenizações

Já o PL 4.034/2019, também aprovado pela CCJ, determina que indenizações recebidas por vítimas de desastres com barragens não devem ser contabilizadas como renda pelo governo. O projeto impede que famílias indenizadas sejam excluídas de programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o texto teve como motivação o desastre de Brumadinho e foi aprovado na forma de substitutivo do relator, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Como é terminativo, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O outro projeto aprovado pela CCJ (PL 553/2019) acrescenta à Lei de Crimes Ambientais considerações sobre os antecedentes da empresa autuada por delitos na área. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

Para o autor, Styvenson Valentim (Podemos-RN), os juízes usam critérios subjetivos para definir punições para agressões ao meio ambiente. “Defendo que a lei considere se a empresa tinha boas práticas de gestão ambiental, se observava os procedimentos legais, se realizava auditorias periódicas e se punia os funcionários envolvidos em infrações ambientais. Isso é fundamental para o juiz graduar sua decisão”, sustenta.

Ao recomendar a aprovação do projeto, o relator, senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), ponderou que, se a análise de antecedentes, conduta social e personalidade do réu pessoa física é regra consagrada no direito penal para fixação da pena, nada impede que o mesmo procedimento seja seguido na punição a empresas.

Na CDR, foi aprovado o PL 5.022/2019, que dá prioridade a famílias vítimas de desastres

naturais no Programa Cartão Reforma, que destina recursos para a compra de materiais de construção. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Do deputado Danilo Cabral (PSB-PE), o texto inclui entre os grupos a serem atendidos com prioridade as famílias que tiveram a moradia danificada por desastre natural. O autor defendeu a necessidade de repassar recursos diretamente às famílias vitimadas, não apenas aos estados e municípios.

O relator, Styvenson, votou a favor do projeto. Segundo ele, o repasse de recursos diretamente às vítimas é adequado para os casos em que não há necessidade de desocupação da área ou de reparcelamento do solo.

— O Cartão Reforma foi criado para desburocratizar o acesso a recursos destinados à aquisição de materiais de construção, reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais. Nesse sentido, a inclusão das famílias atingidas por desastres naturais entre as prioridades de atendimento desse programa mostra-se uma medida de absoluta justiça.



Projeto de Styvenson trata de antecedentes de empresa autuada

Derramamento de óleo é devastação inédita, afirma Contarato

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), anunciou que o colegiado deve promover hoje uma audiência pública sobre o derramamento de óleo que atinge o Nordeste. De acordo com o Ibama, foram removidas 200 toneladas de petróleo de praias. O senador disse que a CMA enviou requerimentos aos Ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia, solicitando que ambos expliquem as ações concretas para conter a “devastação sem precedentes”.

— O desmonte que o governo federal promove nos órgãos de gestão de controle e fiscalização é amplamente conhecido. Agora lidamos com desastrosas consequências desses crimes e é preciso saber o tamanho real do problema e as soluções..

Marcos Rogério elogia negativa para reajuste de energia em RO

Marcos Rogério (DEM-RO) comemorou ontem a vitória da população de Rondônia na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que impediu novo reajuste de tarifa solicitado à agência pela empresa Energisa, que explora o serviço no estado. Ele destacou que foi um trabalho conjunto da bancada federal, da Assembleia Legislativa de Rondônia e de outros setores, evitando-se, assim, um novo impacto na conta de energia elétrica no estado, que já é muito alta. Ele apontou o paradoxo que vive Rondônia: produz muita energia, mas paga uma das tarifas mais caras do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto considera injusta divisão dos recursos do pré-sal

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem o Projeto de Lei (PL) 5.478/2019, que define o rateio, entre estados e municípios, de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal. Segundo o senador, a divisão prejudica estados pobres na repartição dos R\$ 106 bilhões a serem arrecadados no megaleilão de 6 de novembro.

— Será um considerável aporte para que estados e municípios organizem contas previdenciárias e paguem precatórios, mas poderíamos ter tido um modelo mais inclusivo de repartição desses recursos oriundos das nossas riquezas naturais — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente da Petrobras deve falar sobre desinvestimento no Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a realização de audiência para ouvir o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sobre desinvestimentos e projetos de mitigação de danos causados pelo fim de atividades da empresa no Nordeste.

O requerimento, de Jean Paul Prates (PT-RN), foi elo-

giado pelos senadores potiguares. Segundo Zenaide Maia (Pros-RN), o Rio Grande do Norte já foi o maior explorador de petróleo em terra e está sofrendo com o desemprego gerado pelo desinvestimento da Petrobras.

— Isso é muito desemprego, e lá a gente ainda se preocupa porque eles estão até transferindo os profissionais.

Manchas de óleo em praias nordestinas serão tema de audiência em comissão

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) faz hoje, às 10h, audiência para discutir as causas e efeitos das manchas de óleo que contaminam as águas marítimas e as praias do Nordeste. Autor do requerimento e presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES)

destacou que o objetivo do debate é encontrar estratégias para resolver a situação e limpar a costa, assim como responsabilizar os envolvidos. Segundo ele, dados do Ibama mostram que o derramamento de óleo atingiu mais de 60 municípios em 9 estados.